



Questão Social frente à Dependência e ao Colonialismo no Brasil

Marcos Diligenti¹

Ricardo Souza Araujo²

RESUMO: Este artigo busca analisar as determinantes universais e particulares da Questão Social na sociedade capitalista brasileira. Universais devido à mundialização financeira, o aprofundamento da dependência e do imperialismo, que impõe a austeridade neoliberal e a da exploração da força aos trabalhadores em todo o mundo. Particulares pois, nas diferentes realidades nacionais em especial para o Brasil, contemplam especificidades que media as expressões de desigualdade e resistência, a saber: classe, gênero, etnia. Este trabalho adota o método Materialista-Dialético e por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa e análise de conteúdo busca contribuir para compreensão das particularidades da Questão Social no Brasil. Esta que se aprofunda em tempos de crise social política e sanitária, de retirada de direitos sociais e crescente superexploração da força de trabalho, que é diversa, mas não dispersa, e se materializa nas diferentes expressões que advém da luta capital-trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Dependência; Questão Social; Brasil.

INTRODUÇÃO

Na atual crise do capital, que completa quase uma década e se agrava com a pandemia sanitária, a economia política burguesa não encontra saída que não seja a de impor a reestruturação do Estado, das relações de produção e do trabalho. Agravam-se, desta forma, as múltiplas expressões da Questão Social, em especial nas economias dependentes, que alimentam a cadeia capitalista mundanizada. Este processo consiste na transferência de valor às economias centrais por meio da exportação de commodities, da superexploração da força de trabalho e da remuneração de juros por meio das suas respectivas dívidas públicas.

Cabe aqui, retomar a origem do termo “Questão Social”, estranho até então ao léxico marxiano, que remonta ao século XIX, auge da primeira Revolução Industrial. Para que haja acumulação de capital é necessária a exploração da força de trabalho e um amplo exército

¹ Pós-Doutor em Viviendas Sociales pela PUC- CHILE. Professor do Programa Pós-Graduação em Serviço Social PUCRS. E-mail: mdilig@pucrs.br

² Assistente Social na UFCSPA. Bolsista da Capes. e Doutorando em Serviço Social pela PUCRS. E-mail: ricardo.toxza@gmail.com



de reserva. Infere-se que a gênese da Questão Social está na contradição inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida, portanto, é insolúvel nos marcos capitalistas.

Iamamoto (2001) classicamente conceitua o fenômeno como: “o conjunto das expressões de desigualdades e resistências engendradas na sociedade capitalista”. Tais disparidades se apresentam por sua natureza, econômica, social, política, cultural, regional, bem como as resistências a elas recorrentes.

Desta forma, a Questão Social é reconhecida como indissociável da intervenção estatal, fato este que a torna objeto de política governamental, no contexto da luta de classes. Porém, é flagrante que só serão superadas as determinantes da Questão Social se forem superadas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, em especial a contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do lucro, fato este que só será possível com uma ruptura radical do modo de produção e reprodução do capital.

Neste sentido, a Questão Social é “Una e Diversa”. Una, no sentido de que a mundialização do capital impõe-se de forma generalizada, bem como as expressões de resistência dos explorados em todo o mundo. É, simultaneamente, diversa, pelas múltiplas refrações nos diferentes países, com reflexos de gênero, raça e etnia, apresentadas na realidade social contingente. São os milhões de desempregados ou subempregados em todo o Brasil, são as mulheres vítimas de violência doméstica, é o morticínio da juventude negra em territórios “violentados”, entre muitos outros elementos. Importa saber que estes fatores, ainda que se apresentem de forma específica, indo além da aparência do fenômeno, são passíveis de identificação na essência do processo, que se engendra em uma totalidade do real (LUCE,2018).

Portanto, verifica-se como equivocado afirmar que há “múltiplas questões sociais”, ou ainda, uma “nova questão social”. Sem a mediação da totalidade corremos o “risco de desconectar as múltiplas expressões da mesma, de sua gênese comum e coletiva, situada na organização da sociedade capitalista, fragmentando-a em diversas questões sociais que retomam a ótica de problemas sociais e a responsabilização individual dos sujeitos”(CLOSS, 2015, p. 131).

Reiteramos que a nosso ver, não procede nessa perspectiva, discutir que haja uma “nova questão social”, como se a contradição capital-trabalho e suas expressões de desigualdades e resistências já estivessem superadas. Na realidade, ocorre uma reestruturação produtiva do modo de produção capitalista em nível mundial, com profundas consequências políticas, econômicas, sociais e culturais, que reatualizam novas e diversas manifestações da Questão Social, sem que se constitua uma “nova



questão social”. Nesse contexto é fundamental retomarmos a particularidade sócio-histórica brasileira em seu entorno Latino Americano, atravessado pela Dependência e Colonialidade, e a potencialidade de construção de uma luta contra a dominação e exploração de classe, gênero e raça.

QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA: DEPENDÊNCIA E COLONIZAÇÃO

A medida em que as relações capitalistas de produção se universalizam, simultaneamente, se particularizam, em cada formação sócio-histórica. Por isso é fundamental uma análise detida da **formação sócio-histórica particular do Brasil**, como previsto nas diretrizes curriculares do Serviço Social (ABEPSS,1996) e como insere-se no contexto latino-americano e no mercado mundial. Segundo à ABEPSS (1996):

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS,1996).

Embora previsto nas diretrizes, observa-se que ainda é muito recente o debate da particularidade das expressões da Questão Social no contexto brasileiro e Latino-Americano, e que esta pauta requer aprofundamento para melhor compreensão e intervenção na realidade histórico-concreta.

Há de se observar que o Brasil, ainda que figure entre as principais economias em seu continente, mantém um padrão de desenvolvimento dependente e sua formação histórica é particularmente contraditória. Ortegá (2018) destaca que é impossível a compreensão da realidade brasileira apenas a partir dos referenciais importados dos países hegemônicos, nem cabe confundir a história destes países com a história mundial.

No caso latino-americano e brasileiro, uma vez emancipado do caráter formal das colônias, verificou-se o prosseguimento da submissão real destas economias às potências centrais e à dinâmica internacional do Capital, pois o subdesenvolvimento e a dependência são funcionais à própria dinâmica central do capital. (MARINI, 2000).



Ainda segundo Marini (2000), em tais países verifica-se a manutenção de uma tendência de economia voltada à exportação. Assim, as matérias-primas produzidas pelas economias dependentes para o mercado externo tem a realização da acumulação de capital no mercado externo. A consequência deste fato é a capacidade de consumo interno do trabalhador não ser um fator determinante para a acumulação de capital, portanto, não há interesse em elevar padrões salariais, nem garantir serviços públicos estatais ou políticas sociais efetivas.

Neste sentido, para contrarrestar o caráter desigual na concorrência do mercado externo, a acumulação capitalista dependente deve ser fundada na superexploração da força de trabalho, definida por Marini (2000) como: “a violação do valor da força de trabalho, não se apropria apenas do trabalho excedente, mas de parte do fundo de consumo e de vida do trabalhador. Compromete-se, dessa forma, a corporeidade físico-psíquica do trabalhador sem a garantia do valor histórico-moral da reprodução da força de trabalho” (LUCE, 2018).

Fernandes (2004) observa que a constituição da classe trabalhadora ocorre por uma divisão “sócio-sexual e racial do trabalho”, portanto, estas múltiplas determinantes devem ser inseridas em uma análise da luta de classes, tanto no contexto brasileiro, quanto no latino-americano.

O Brasil, tal como conhecemos, foi *parido do estupro e do etnocídio* dos povos originários que já habitavam por séculos o continente americano. Saqueadores europeus garantiram, desta maneira, a Acumulação Primitiva de capital, pois sem o ouro das Minas Gerais, nem a prata de Potosí, não haveria a grande indústria (MARX, 2013).

A consequência deste fato foi a escravização de inúmeros povos trazidos à força do continente africano. Ortegá (2018) retoma que ainda atualmente esse povo que resiste a um permanente etnocídio e é majoritário no território nacional, tem um papel determinante na constituição da nação, por mais que sofra um processo permanente de negação na estrutura de poder vigente no país.

Gonzales (1988) concebe o termo “América” que atribui um papel central à população africana, vítima da diáspora, na construção político-cultural e linguística dos povos e deste continente, tal como hoje conhecemos, que é historicamente obstruída pelo racismo estrutural, sob manto da “democracia racial”.

Apesar de séculos de resistência do povo negro, que nunca “aceitou” a condição de escravo o Brasil se tornou o mais tardio país das Américas a abolir oficialmente a escravidão, em um processo que combina as raízes e a essência do colonialismo abandonado formalmente com um capitalismo periférico, subalternizado na divisão econômica global (ORTEGAL, 2018). Já na segunda metade do século XIX iniciou-se uma



série de legislações restritivas ao trabalho escravo, com isto, além de nascer o trabalho assalariado capitalista, começaram a operar as leis de reprodução do capital, bem como a criminalização da população negra e da pobreza.

Estabeleceu-se, neste período, um “sistema misto” entre servidão e trabalho assalariado, sendo esta dinâmica uma das vias de inserção no modo de produção capitalista. Nesta fase, ocorreu a onda de imigração europeia (especialmente italiana e alemã) para compor exército de reserva de mão-de-obra capitalista, sob a justificativa ideológica de “branquear a população”, acompanhada da criminalização da pobreza e da cultura negra. Por isso não há como explicar a atualidade do capitalismo brasileiro sem considerar o racismo estrutural e o etnocídio permanente, como marca fundacional da composição do proletariado brasileiro.

A independência “formal” e tardia no Brasil não superou séculos de colonização, escravidão e acumulação primitiva de capital, pelo contrário, aprofundou a dinâmica da dependência perante o mercado mundial que se edificara. Manteve-se, mesmo após o fim do domínio ibérico na região, a perspectiva colonial com a divisão sócio-racial do trabalho e do poder, caracterizando-se em um processo incompleto de descolonização das américas, de forma a reproduzir-se o poder aristocrático colonial (FERNANDES, 2004).

Neste sentido a acumulação capitalista dependente deve ser fundada na superexploração da força de trabalho. Desta forma a divisão sócio racial e de gênero do trabalho e do poder retroalimenta-se em parâmetros atuais, de modo a legitimar a superexploração de amplas camadas da classe trabalhadora (QUIJANO, 2014).

Na atualidade, embora a proletarização seja generalizada, a superexploração se impõe de forma ainda mais severa entre trabalhadores e trabalhadoras negros e negras. Portanto, faz-se necessário edificar uma luta ,que articule a questão racial, a questão de classe, de gênero a questão nacional, a ser enfrentada por um projeto revolucionário antirracista e classista de nação, ou seja, um projeto “descolonial total.” (BEZERRA, 2020).

Portanto, nesta perspectiva a divisão sócio-racial do trabalho e do poder se relacionam dialeticamente e se constituem como um padrão de dominação que se perpetua após séculos de colonialismo, cujas desigualdades se sobrepõem e se retroalimentam no *status quo* destes países. Assim se reproduz e se legitima a superexploração e a marginalização de amplas camadas da classe trabalhadora.

Nesta direção, Florestan (2004) incorpora a categoria “descolonização” em sua “sociologia crítica e militante”, para interpretar as estruturas econômicas e sociais de poder no Brasil e na América Latina, acompanhado de outros intelectuais de meados da década de 1970 como: Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Hamilton Cardoso, que compartilhavam uma visão estratégica da luta por uma “revolução nacional e democrática, transicional ao



socialismo, com a luta revolucionária contra a desigualdade e a opressão racial” (BEZERRA, 2020).

SUPEREXPLORAÇÃO E APASSIVAMENTO, PARTICULARIDADES NO BRASIL

Santos (2012) aponta as principais peculiaridades da Questão Social no Brasil: a superexploração do trabalho e o apassivamento das lutas sociais. Desde as raízes coloniais e escravistas, o processo incompleto de descolonização sempre foi regido por revoluções passivas e preventivas, como forma de transição de poder e suprimir os anseios populares, seja via repressão ou cooptação.

Para Fernandes (2004) esta modernização conservadora combina fatores de ordem endógenas e da totalidade do capital em nível mundial, esse tipo de configuração econômico-social concretizou-se em contexto de consolidação do capitalismo monopolista. Ou seja: “O desenvolvimento desigual e combinado foi parte importante da estratégia dos superlucros gerados no contexto dos monopólios”. (SANTOS, 2012, p. 111).

Apesar do caráter deletério desta modernização conservadora, não podemos atribuir o caráter antidemocrático e antipopular a um atraso civilizatório. Marini (2000) nega a tese do capitalismo atrasado, trata-se sim de um capitalismo *sui generis*, cujo desenvolvimento do subdesenvolvimento é fundamental para o desenvolvimento capitalista central.

Diante deste quadro, manteve-se um padrão muito baixo de valorização da força de trabalho (FERNANDES, 2004), mesmo com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, que se consumou na primeira fase da “lenta e gradual” da Revolução Burguesa, sem mudanças estruturais na propriedade fundiária nem nas relações de poder. Foi, portanto, instituída a democracia burguesa com mínima participação popular no processo político. Tal revolução burguesa se desenvolveu de modo gradual, apesar dos amplos movimentos populares e operários. As classes dominantes seguiram promovendo revoluções passivas, “antes que o povo as faça”. Já na chamada “Velha República”, período de manutenção de uma oligarquia branca e latifundiária, a Questão Social era tratada como questão de polícia, ou seja, de repressão.

Tal tendência se expressa no Estado Novo varguista, que introduziu a industrialização e a regulamentação das relações de trabalho por meio da CLT e inseriu os sindicatos no aparelho de Estado, de modo a cooptar as direções operárias e conter novas movimentações.

Embora tenham sido positivados direitos trabalhistas, historicamente as relações foram precárias e informais, tanto no período anterior ou durante o fordismo, ou até o período pós-fordista. Santos (2012) destaca que os trabalhadores rurais levaram quase meio



século para terem seus direitos equiparados aos trabalhadores urbanos, quando já eram minoria populacional.

Após décadas de desenvolvimentismo, em plena Guerra Fria, temerosas por “reformas de base” ou “novas Cubas”, a classe dominante Brasileira impôs uma “contra revolução preventiva” no Golpe civil-militar de 1964. Novamente sob o eixo da repressão, impuseram um regime de desenvolvimento dependente em parceria com capital estrangeiro, que levou posteriormente a décadas de desindustrialização. O próprio processo de redemocratização, também lento e gradual, foi fruto de amplos movimentos populares, e a Constituinte de 1988 que inaugurou a “Nova República”.

É esta Nova República que vivemos que passa hoje por sua mais profunda crise. A conquista tardia de um já limitado Estado Social foi seguida de governos neoliberais que implementaram com intensidade a Contrarreforma do Estado e uma série de privatizações a fim de tornar nula as conquistas constitucionais e garantir o “superávit fiscal”, que se converteu em Política de Estado.

Já no século XXI, os governos de conciliação de classes, ampliaram os programas sociais de transferência de renda focalizada e acesso ao consumo, bem como cooptaram lideranças dos movimentos populares. No entanto, mantiveram a política macroeconômica, com destaque para o superávit primário, altas taxas de juros e desmonte de políticas sociais universais.

Com a recessão econômica, após 13 anos de neodesenvolvimentismo, e a necessidade da classe dominante aprofundar o ajuste fiscal (já em curso), deu-se golpe parlamentar (2016), que rompeu explicitamente com a coalizão de classes e retomou o perfil neoliberal ortodoxo, tendência que se aprofunda com a última eleição presidencial.

Nessa perspectiva impõe-se uma série de contrarreformas, que restringem de forma significativa os parques direitos sociais, trabalhistas e previdenciários conquistados pela classe trabalhadora e neste contexto de aprofundamento da mundialização do capital, o endividamento público torna-se mais um instrumento de dependência das economias latino-americanas à burguesia rentista.

Dada a preponderância do mercado externo sobre o interno, os direitos sociais são atualmente considerados como “custos” e necessitam, portanto, ser duramente precarizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observado o cenário de crise estrutural em nível mundial, identificamos mecanismos cada vez mais sofisticados do grande Capital para sanar sua demanda de lucro. No caso brasileiro, economia dependente, observa-se maiores indícios da



barbárie do Capital. Diante de uma crise econômica, política e social, testemunhamos a falência da Nova República e um período de interregno.

Tal crise se aprofunda com a Pandemia Sanitária do Coronavírus, aliada à combinação notadamente planejada para uma política de extermínio da classe trabalhadora por parte do governo federal. A compreensão mais ampla das expressões da Questão Social é fundamental para apreender a dinâmica contemporânea do Capital, bem como ela se materializa nas economias dependentes, como a brasileira. Tais estudos, para além da compreensão da realidade social, devem ser instrumentos em uma perspectiva de transformação societária e de enfrentamento à austeridade fiscal e austericídio social, colocando-se a serviço da emancipação humana frente à irracionalidade do Capital.

É nesse momento histórico que a luta dos movimentos antirracistas e antifascistas pelo Brasil na América Latina, as greves dos trabalhadores precarizados e uberizados entre muitas outras ações de resistência e enfrentamento, que é fundamental retomar o debate nos Fundamentos do Serviço Social, a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência e do movimento Marxista Descolonial.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares**. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

BEZERRA, Maycon. Da Teoria Marxista da Dependência a um Marxismo Descolonial: América Latina, Revolução e Socialismo para o século XXI. **Revista Movimento**, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/da-teoria-marxista-da-dependencia-a-um-marxismo-descolonial-america-latina-revolucao-e-socialismo-para-o-seculo-xxi/>

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

IAMAMOTO, Marilda vilela. A questão social no capitalismo. *In*: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2 Ed. Ano 2, n. 3, jan./jul., 2001.

FERNANDES, Florestan; IANNI, Otávio (Org.). **FLORESTAN, Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão popular, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. *In: Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82. Disponível em <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 2, n. 3, 2001.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In: ___. Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.